

A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato

Paulo Roberto Rosa

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade do Oeste Paulista.

Membro do Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento (NEAGEO).

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus de Presidente Epitácio.

e-mail: paulorosapp@hotmail.com

Resumo

O embate envolvendo capital e campesinato pelo domínio dos meios e modos de produção denomina-se Questão Agrária. O capital busca subordinar o campesinato através da expropriação da terra, enquanto o campesinato desenvolve estratégias de resistência para enfrentar às investidas do capital e manter sua autonomia e protagonismo. O objetivo é apresentar e discutir a exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento do território (material e imaterial) camponês. No desenvolvimento do artigo foi realizada uma abordagem de caráter quali-quantitativa, através de um estudo teórico de literatura específica e, em sua vertente aplicada, se fez documental com a utilização da técnica de observação direta extensiva. As análises realizadas, tanto no que concerne ao levantamento teórico quanto às informações obtidas junto a base empírica, conduzem à constatação de que o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema passa por um processo de exclusão digital. Nesse processo de exclusão não significa que os camponeses são impedidos de acessar às tecnologias da informação e comunicação (TIC's), mas o acesso é dificultado, por exemplo, pela ausência de infraestrutura e serviços necessários.

Palavras-chave: Campesinato; capital; questão agrária; exclusão digital; território.

The digital exclusion as a strategy engendered by capital to restrict the territorial development of the peasantry

Abstract

The clash involving capital and peasantry for the domain of the means and types of production is called Agrarian Question. Capital seeks to subordinate the peasantry through the expropriation of land, while the peasantry develops resistance strategies to face the capital investees and maintain their autonomy and leadership. The goal is to present and discuss the digital exclusion as a strategy engendered by capital to restrict peasant land development (material and immaterial). In developing the article, a qualitative-quantitative character approach was performed using a theoretical study of the literature, and in its applied aspects, which was documental by using the extensive direct observation technique. The analyzes, both regarding the theoretical survey on the information obtained from the empirical basis, lead to the conclusion that the peasantry of the Pontal do Paranapanema region goes through a process of digital exclusion. This deletion process does not mean that farmers are prevented from access to information and communication technologies (ICTs), but access is difficult, for example, lack of infrastructure and necessary services.

Keywords: Peasantry; capital; agrarian question; digital divide; territory.

L'exclusion numérique en tant qu' une stratégie engendrée par le capital pour limiter le développement territorial de la paysannerie

Résumé

L'affrontement impliquant le capital et la paysannerie par la domaine de moyens et des manières de production est appelé d'Agraire Question. Le capital cherche à subordonner la paysannerie par l'expropriation des terres, tandis que la paysannerie développe de résistance des stratégies pour faire face au capital investi et de maintenir son autonomie et son protagonisme. L'objectif est de présenter et de discuter l'exclusion numérique en tant qu'une stratégie engendrée par le capital pour limiter le développement des terres (matériel et immatériel) paysan. Dans l'élaboration de l'article, une quali-quantitative approche de caractère a été réalisée à l'aide d'un étude théorique de la littérature spécifique, et dans son aspect appliqué, les documents sont faits avec l'utilisation de la vaste technique d'observation directe. Les analyses réalisées, à la fois en ce qui concerne l'enquête théorique sur les informations obtenues à partir de la base empirique, conduisent à la conclusion que la paysannerie de la région du Pontal du Paranapanema passe par un processus d'exclusion numérique. Ce processus de suppression ne signifie pas que les agriculteurs sont empêchés d'accéder aux technologies de l'information et de la communication (TIC), mais l'accès est difficulté, par exemple, par la manque d'infrastructures et de services nécessaires.

Mots-clés: Paysannerie; capitale; agraire questions; exclusion numérique; territoire.

Introdução

A abordagem e opção política adotada neste artigo está alinhada aos autores do paradigma da questão agrária. Felício (2001, p. 5) entende que "o paradigma da questão agrária defende a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura", que ela "não pode ser superada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade". No entanto, é necessário destacar a existência de uma outra corrente de pensamento, aquela formada pelos autores alinhados ao paradigma do capitalismo agrário. Na perspectiva desse paradigma, "[...] os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma" (FELÍCIO, 2011, p. 5), sendo ela uma questão de caráter conjuntural.

O presente artigo objetiva apresentar e discutir a exclusão digital pelo qual passa o campesinato como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento do território (material e imaterial) camponês. No desenvolvimento do artigo foi realizada uma abordagem de caráter quali-quantitativa, através de um estudo teórico de literatura específica e, em sua vertente aplicada, se fez documental com a utilização da técnica de observação direta extensiva.

A base empírica onde foram obtidas as informações que corroboram as análises realizadas foi composta por 16 pontos de coleta localizados na Região do Pontal do Paranapanema, Extremo Oeste do Estado de São Paulo. Trata-se da região com maior concentração de Projetos de Assentamento (PA's) de Reforma Agrária do Brasil. Segundo Dataluta (2014), na região foram implantados 114 PA's para atender 6.282 famílias que lutavam por terra, atendendo apenas parcialmente a demanda oriunda das famílias que integram movimentos de luta pela terra na região. As informações foram coletadas em 13 PA's, 1 Agrovila e 2 Associações de Pequenos Produtores Rurais não vinculados a PA's. Nestes locais foram pesquisadas 8 associações, 1 cooperativa, 2 escolas e 1 posto do programa ACESSA São Paulo. Duas associações atendem a mais de um PA e um outro PA abriga uma escola e o Posto do programa ACESSA SP.

Os PA's selecionados para realização dos trabalhos de campo foram: Engenho, Lagoinha, Porto Velho e São Paulo, localizados no município de Presidente Epitácio/SP; Malu, Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP; Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia, em Presidente Bernardes/SP; Dona Carmem e Haroldina, localizados no município de Mirante do Paranapanema/SP. Além dos PA's, foram coletadas informações na Agrovila III, localizada no município de Caiuá/SP, e junto ao campesinato das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Ajicê, localizada no distrito de Ajicê, município de Rancharia/SP, e do Bairro Palmitalzinho, localizada entre os municípios de Regente Feijó/SP e Anhumas/SP.

Este artigo é um desdobramento das discussões realizadas na elaboração de uma dissertação intitulada "Desenvolvimento e Questão Agrária: uma análise da exclusão digital do campesinato" desenvolvida junto ao programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante a realização do III Simpósio Internacional de Educação a Distância e V Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações, promovido pela Faculdade de Ciência e Tecnologia/Unesp de Presidente Prudente/SP.

As análises realizadas neste artigo estão organizadas em cinco partes, sendo que a primeira dedica-se a promover um breve delineamento acerca dos seguintes conceitos: campesinato, questão agrária, exclusão (social e digital) e território. A segunda parte é destinada a abordar as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no contexto da mundialização. Em seguida é realizada uma análise da exclusão digital com suas razões, consequências e possibilidades. A quarta seção deste trabalho é dedicada ao relato e análise das informações captadas junto a base empírica e que conduzem à constatação de que está havendo a exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema. Por fim são realizadas as considerações finais sobre as temáticas e análises realizadas.

Delineamento conceitual: questão agrária, campesinato, território e exclusão social e digital

A questão agrária é complexa e surge com o desenvolvimento do capitalismo e do sistema de produção a ele relacionado. Para Felício (2011, p. 6) “Os elementos estruturantes da questão agrária se constituem pelo campesinato e pelo capital”. A questão agrária envolve uma relação conflituosa que se caracteriza pela disputa entre o campesinato e o capital pelo domínio dos meios (terra, trabalho e tecnologia) e modos de produção.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital (FERNANDES, 2008, p. 176).

A questão agrária decorre da concentração da propriedade da terra, ou seja, de um lado pouca gente com muita terra e doutro muita gente com pouca ou sem nenhuma terra. No Brasil essa concentração fundiária tem origem histórica através da cessão da terra, pelo Estado, a um pequeno número de pessoas privilegiadas, ou então através da expropriação do campesinato pelo capital. “Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: [...] de monopólio do território camponês pelo capital” (FERNANDES, 2008, p. 177).

De acordo com Shanin (1979), a delimitação conceitual do campesinato é dirigida para a compreensão da sociedade camponesa como forma de compreender a realidade. Ele enfatiza que as sociedades camponesas são estruturas sociais muito complexas e dotadas de baixa organização formal. Ao reconhecer que a definição do campesinato baseado em apenas um critério é insuficiente, Shanin (1979) estabeleceu quatro critérios básicos para delimitar as sociedades camponesas:

1. *A propriedade familiar camponesa como a unidade básica de uma organização social multidimensional.* A família, e quase só a família, contribui no trabalho da propriedade. A propriedade, e quase só a propriedade, atende às necessidades de consumo das famílias e o pagamento de suas dívidas para com o detentor do poder político e econômico. [...].
2. *A agricultura como o principal meio de subsistência para atender à maioria das necessidades de consumo.* A agricultura tradicional inclui uma combinação específica de tarefas em um nível relativamente baixo de especialização e o treinamento profissional dentro da família. A produção de alimentos torna relativamente autônoma a propriedade familiar. [...].
3. *Uma cultura tradicional específica relacionada com o estilo de vida das pequenas comunidades.* [...]. Pelo menos alguns desses padrões

culturais estão relacionados com as características de uma comunidade pequena, onde pode aceitar-se a vida em tal comunidade como um aspecto adicional que define o campesinato. 4. *A posição de subordinação e a dominação do campesinato por forasteiros*. Via de regra, os camponeses têm permanecido a margem das fontes sociais do poder. Sua sujeição política se liga com a subordinação cultural e com sua exploração econômica através do imposto, emprego, renda, taxas de juros e termos de intercâmbio desfavoráveis ao camponês (SHANIN, 1979, p. 11-12, grifo do autor, tradução nossa).

Motta (2005) trata o termo campesinato como sinônimo de camponês e destaca que, apesar das diversas definições existentes para o camponês, todas elas convergem em três pontos comuns e interconectados, e estabelece que:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (MOTTA, 2005, p. 73).

As análises realizadas por Motta (2005) destacam a necessária capacidade evolutiva e adaptativa dos conceitos, os quais devem ser flexíveis a ponto de acompanhar as transformações da realidade social. Uma outra definição atribuída ao campesinato é a estabelecida por Marques (2012):

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2012, p. 42-43).

A atualidade conceitual do campesinato é então defendida tanto por Motta (2005) quanto por Marques (2012). O que diferencia a unidade camponesa da capitalista são, basicamente, o tipo de mão-de-obra empregada, a forma de exploração da terra e a finalidade produtiva. Segundo Fernandes (2004, p. 3) “a base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato”. Na propriedade camponesa a mão de obra empregada é predominantemente familiar, a terra é utilizada na produção voltada para a subsistência – ou seja, a propriedade camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo – e os excedentes produtivos são direcionados ao mercado interno. A terra é considerada local de trabalho e não de exploração, não tendo a propriedade como finalidade uma atividade de negócio. Chayanov (1974) estabelece que

A família deste tipo de unidade pode não coincidir com a família nuclear, já que pode incluir filhos, netos e membros "adotados" pela família (ou seja, trabalhadores que pertençam a outras famílias), e pode excluir membros da própria família que trabalhem noutro lugar. Como resultado de um ano de trabalho a família recebe uma renda simples [...] e pondera seus esforços contra os resultados materiais [...] (CHAYANOV, 1974, p. 338, tradução nossa).

Na remuneração do trabalho em uma unidade camponesa, “[...] o montante total do ingresso anual fica disponível para a família após a dedução das despesas” (CHAYANOV, 1974, p. 335, tradução nossa). A unidade camponesa normalmente é caracterizada por uma relação de reciprocidade com a vizinhança, ou seja, os camponeses ajudam-se mutuamente na certeza de que haverá a retribuição de seus vizinhos quando necessitar. Isso vai desde a ajuda no trabalho diário, quando necessário, até a socialização de conhecimentos.

Em suas análises Motta (2005, p. 73) assevera que "apesar da crença razoavelmente generalizada no fim inexorável do campesinato, isso não chegou a ocorrer. Camponeses ainda existem mesmo em sociedades modernas". Para efeitos deste texto, o termo campesinato será entendido como o grupo composto por pequenos produtores rurais, assentados e trabalhadores rurais assalariados.

Para Fernandes (2008, p. 179) “o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato”. O sistema capitalista é excludente, centrado em relações competitivas e no individualismo exacerbado, com pouco ou nenhum espaço para ações colaborativas, cooperativas, associativas e humanitárias. As consequências do modelo capitalista estão presentes e são, segundo Franco (2003), o não desenvolvimento e a marginalização de um grande contingente populacional, processo esse conhecido como exclusão social e que nega oportunidades, segrega e discrimina as minorias.

Para Wanderley (2001) apud Vieira (2009), a exclusão tem raízes socioeconômicas e suas causas seriam: "o rápido e desordenado processo de urbanização; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços essenciais" (VIEIRA, 2009, p. 63). Nesse contexto emerge a exclusão social como "[...] um processo social de descompromisso com o ser humano em geral, fechando-lhe o acesso aos benefícios e serviços sociais (direitos sociais) [...]" (VIEIRA, 2009, p. 85). Segundo Vieira (2009, p. 65) "[...] o processo de exclusão social é intrínseco ao próprio modo de produção e a banalização das desigualdades sociais na sociedade atual tende, cada vez mais, condenar parcelas significativas da população à condição de excluído".

As análises de Vieira (2009) sinalizam que a exclusão social é um processo multidimensional - histórica, geográfica, econômica, social, política e de representação

social; objetivas ou subjetivas - resultante "[...] da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos [...]" (VIEIRA, 2009, p. 79). Para que se configure a exclusão não é necessária uma ruptura radical, mas "[...] também pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário, ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, pela falta de acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas" (VIEIRA, 2009, p. 76).

No entanto, para Martins (1997, p. 14, grifo do autor), do ponto de vista sociológico, "[...] *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes [...]*" e assevera:

[...] a exclusão é apenas um *momento* da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participação do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança (MARTINS, 1997, p. 18, grifo do autor).

Segundo Martins (1997) o termo exclusão é inapropriado porque as reações a esses processos excludentes são provenientes do interior dos sistemas econômicos e de poder, e não de fora. Assim, de um lado haveriam reações buscando a reinserção desses sujeitos e, de outro, sistemas que possibilitariam essa inclusão, mas em condições precárias, instáveis e marginais. Na ótica de Martins (1997) está havendo uma certa fetichização da ideia de exclusão e afirma que:

O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas "melhores" e mais justas e "corretas" relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para "dentro", para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências (MARTINS, 1997, p. 16-17).

Quando essas pessoas, ao não mais suportar tais condições, resolvem reivindicar, protestar e lutar para romper a situação na qual se encontram, suas ações são marginalizadas e/ou invisibilizadas perante a opinião pública. Isso ocorre porque "o homem deixa de ser o destinatário direto do desenvolvimento, arrancado do centro da história para dar lugar à coisa, ao capital, o novo destinatário fundamental da vida" (MARTINS, 1997, p. 20). A inclusão, quando ocorre, é feita em circunstâncias e condições que favorecem aos interesses das classes dominantes, como assevera Martins (1997).

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são, propriamente, políticas de

exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes (MARTINS, 1997, p. 20, grifo do autor).

Para Martins (1997) essa temática ganhou visibilidade recentemente pelo fato do tempo decorrido entre a exclusão e reinclusão ter aumentado consideravelmente. Diante das análises de Martins (1997) entende-se serem necessários alguns questionamentos: Todos conseguem ser incluídos novamente? A exclusão, bem como as formas e condições de reinclusão, seriam instrumentos de controle e dominação? Segundo Martins (1997) estamos diante de uma nova desigualdade, que "separa materialmente, mas unifica ideologicamente" (MARTINS, 1997, p. 21), e destaca que ela:

[...] se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais (MARTINS, 1997, p. 21-22).

Essa característica desigual e altamente excludente do sistema de produção capitalista manifesta-se, inclusive, também no que se refere ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), onde tem sido negado, em pleno século XXI, à grande parte da sociedade, inclusive o campesinato, o acesso a essas inovações tecnológicas e seus benefícios. A negação do acesso não se dá pela existência de impedimentos legais na aquisição e uso, mas sim pela inexistência de condições financeiras favoráveis, falta de capacitação para uso e ausência da infraestrutura técnica necessária. O mesmo capital que promoveu ao longo do tempo a exclusão social do campesinato, ao lhe tirar a terra e levá-lo à proletarianização, expropriou-o e o explorou, agora está promovendo a exclusão digital deste mesmo camponês. Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital.

Entende-se que não há uma delimitação conceitual apropriada e que dê conta da abrangência que envolve exclusão digital. Por isso, optou-se por construir uma delimitação com base nas palavras "excluir" e "exclusão" (HOUISS & VILLAR, 2009; MICHAELIS, 2008), "dependência social", "discriminação social", "desigualdade social" e "distância social" (WILLEMS, 1977). Uma pessoa excluída é aquela que fica fora, a margem, é privada de uma conversa, de um processo, de um serviço essencial, de um benefício, de um grupo social, da posse ou acesso a alguma coisa, por exemplo.

Seguindo a linha de interpretação até aqui construída, entende-se a exclusão digital como um processo engendrado pelo capital que priva alguns membros da sociedade do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), da sua posse ou do conhecimento necessário para operá-las em proveito próprio, através da aplicação nas atividades pessoais e profissionais. Manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TIC's. Com isso o capital aumenta a capacidade de subordinação do campesinato ao minar a sua capacidade de resistência, como assevera Gorz (2005).

Para impedir essa resistência de se cristalizar e de se estender, o capital deve interiorizar pela cultura a dominação que exerce sobre ela. Para o capital, é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, da linguagem. No conflito que se desenha, a linguagem é um desafio central: de seu domínio, de seu controle, depende a possibilidade de pensar e exprimir a resistência e o que a motiva (GORZ, 2005, p. 53).

A exclusão digital pode ser entendida como um desdobramento ou consequência da exclusão econômica e social e, por isso, é uma forma de discriminação social que gera desigualdade e aumenta a distância e dependência social. Com uma abordagem mais restrita, Santos (2003, p. 1) entende a exclusão digital como "expressa pela divisão entre os que têm acesso às informações pela Internet e aqueles que não têm acesso, principalmente os pobres, residentes nas regiões mais deprimidas dos países periféricos ou semiperiféricos (caso do Brasil)". A exclusão digital tem recebido diversas denominações, tais como "apartheid digital", "apartheid tecnológico", "e-xclusão", dentre outras.

No que se refere ao território, Raffestin (1993, p. 143) estabelece que "espaço e território não são termos equivalentes". O território não é uma dimensão do espaço, ele é o próprio espaço, produto de uma série de relações que produzem este espaço. "É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço [...]" (RAFFESTIN, 1993, p. 143). As diferentes relações sociais e estruturas de poder produzem territórios diferentes. "O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e mundialização

Para Santos (2005, p. 25), "em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica". A Revolução Tecnológica resultante da "convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização

e a microeletrônica" (CHESNAIS, 1996, p. 28); é a "responsável por diversas mudanças de conceitos na sociedade, alterando as formas de produção, de entretenimento, de comunicação, de educação e de comercialização" (BATISTA, 2004, p. 4), interferindo e transformando as relações sociais. Ela possibilitou ir além da mecanização. Seu desenvolvimento é baseado no uso de computadores e instrumentos para automação. Essa revolução, em pleno desenvolvimento, proporcionou o surgimento e evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).

Segundo Baltzan e Phillips (2012, p. 9) as TIC's são "um campo dedicado no uso da tecnologia, no gerenciamento e no processamento da informação". As TICs são um conjunto de artefatos físicos (*hardware*) ou lógicos (*software*) que permitem captar, tratar, armazenar e disseminar informações, além de automatizar máquinas e processos. O desenvolvimento das TIC's representou um grande passo à humanidade, aumentando as possibilidades para inovação em máquinas e equipamentos, bem como possibilitou a construção de novos conceitos e o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e formas de organização.

As TIC's têm contribuído com a sociedade contemporânea, em especial com as empresas e as pessoas que vivem nas cidades. No que concerne às pessoas, as TIC's tornaram-se elementos facilitadores que tem otimizado a comunicação, modificando formas, métodos e relações de trabalho, alterando hábitos de consumo, reduzido a exposição a determinados tipos de riscos, dentre outros. Nesse plano, Baltzan e Phillips (2012, p. 9) asseveram que "a tecnologia da informação é mais útil quando aproveita os talentos das pessoas. Ela em si não é útil, a não ser que as pessoas certas saibam como usá-la e gerenciá-la efetivamente".

Nas corporações as TIC's têm sido determinantes no aumento da eficiência e eficácia, seja no que se refere a capacidade produtiva ou de prestação de serviços, seja nos processos e fluxos informacionais, otimizando a captura, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação; ou então no suporte a tomada de decisão e obtenção da vantagem competitiva. As TIC's não trouxeram apenas fatores positivos, mas, apesar dos problemas, é inegável que não se teria conseguido atingir os atuais níveis de integração, social e econômica, sem essas tecnologias.

O principal objetivo dessas novas tecnologias reside não em substituir o esforço físico apenas, mas ampliar a potência da capacidade cerebral, liberando-a para atividades mais importantes e diversificadas. Amplia sua capacidade para manusear grandes volumes de dados ou executar grande volume de transações simultaneamente e com maior velocidade. Elas também praticamente suprimiram a distância entre as culturas no globo por conectar em rede atividades sociais de toda ordem. Para a OCDE (1992) apud Chesnais

(1996), as novas tecnologias, ao lado da desregulamentação e liberalização financeira, impulsionaram as transformações e conduziram à globalização.

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir, numa palavra, sua propensão à mobilidade (CHESNAIS, 1996, p. 27-28).

Constituem-se as condições ideais que garantem ao capital a flexibilidade necessária para explorar determinada região, enquanto lhe for conveniente, e a mobilidade para migrar quando surgirem oportunidades mais favoráveis. Segundo Chesnais (1996), as novas tecnologias da comunicação têm permitido ao capital beneficiar-se da deslocalização de tarefas rotineiras. Além disso, são criadas as condições necessárias também a fragmentação do trabalho, onde "[...] um pedaço da produção poder ser feita na Tunísia, outro na Malásia, outro ainda no Paraguai [...]" (SANTOS, 2005, p. 26).

As operações feitas com finalidade lucrativa, para "frutificar" um capital, são por definição [...] "seletivas". Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele [...], o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele. [...] os critérios de seletividade modificaram-se [...] em relação àqueles que predominavam na época do imperialismo clássico [...]. A modificação de critérios leva à chamada "desconexão forçada", acompanhada por formas dramáticas de retrocesso econômico, político, social e humano. Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras [...] não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização. Esta deve ser estritamente compreendida, como mecanismo complementar e análogo ao da "exclusão" da esfera de atividade produtiva, que atinge, dentro de cada país, uma parte da população, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p. 17-18).

Tanto a deslocalização quanto a fragmentação dos processos produtivos possibilitam ao capital as condições necessárias à economia com mão de obra, pois permitem tirar proveito das diferenças de preço da força de trabalho ao redor do mundo. Segundo Chesnais (1996), as novas tecnologias possibilitaram o repasse de tarefas mais simples e de menor valor agregado para serem realizadas em áreas de baixo salário, retendo as mais complexas e intensivas em capital. Isso permite, inclusive, reduzir o nível de transferência tecnológica e intensificar a exploração das áreas deprimidas. Por isso, Santos (2005) afirma que:

[...] a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a

imposição de uma política comandada pelas empresas (SANTOS, 2005, p. 15).

Para Chesnais (1996, p. 35) "o efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego [...]" oportuniza ao capital constituir, com apoio do Estado, "zonas de baixos salários e de reduzida proteção social". Nessas condições, o capital tem liberdade para promover a exploração ao redor do mundo, onde e conforme as condições lhe sejam mais favoráveis. O impacto dessa revolução na relação capital-trabalho é destacada por Chesnais (1996) quando assevera:

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Dessa forma,

O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo "progresso técnico" e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas (CHESNAIS, 1996, p. 42).

Segundo Chesnais (1996, p. 14), "o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social". É necessário estar atento as informações veiculadas, pois, segundo Santos (2005, p. 39), "o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde". O autor alerta para o fato de que "a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos" (SANTOS, 2005, p. 41). Pela importância da informação na dinâmica da sociedade atual, a impossibilidade de acesso e/ou a manipulação da informação pode ser caracterizado como instrumento de dominação.

Uma análise crítica que busque alternativas para romper com o atual modelo de globalização requer, segundo Santos (2005), que se considere a existência de três mundos num só. Um primeiro fantasiosamente pintado pelas forças dominantes; um segundo,

perverso, degradante, mas real; e como terceiro aquele com as condições almejadas. Santos (2005) diz estar convencido de que a ruptura com o atual modelo será uma conquista a ser realizada pelos menos favorecidos, ou seja, um movimento de baixo para cima e que irá romper com a atual estrutura.

"O mundo necessita de uma globalização solidária, de inclusão e justiça social capaz de fomentar modelos de desenvolvimento que possibilitem a todos os habitantes uma vida produtiva e a desfrutar dos benefícios oferecidos à sociedade" (FRANCO, 2003, s. p., tradução nossa). Um novo modelo deve ser concebido de forma a colocar o ser humano como centro e principal beneficiário dos progressos alcançados.

Exclusão digital: razões, consequências e possibilidades

Com a exclusão digital o capital objetiva monopolizar e controlar a produção e disseminação do conhecimento, concentrando essa fonte de riqueza e poder própria da Sociedade da Informação, apropriando-se para que não se torne um bem coletivo. A importância do conhecimento na sociedade contemporânea está na "[...] capacidade de monopolizar o direito de se servir dele" (RULLANI, 2000 apud GORZ, 2005, p. 45). Nesse sentido, Gorz (2005) estabelece que:

Essa apropriação nem sempre precisa ser direta. Basta que o capital se aproprie dos meios de acesso ao conhecimento - especialmente os meios de acesso à internet - para conservar o controle sobre ele, para impedi-lo de se tornar um bem coletivo abundante. O acesso e os meios de acesso ao conhecimento se tornam assim o desafio maior de um conflito central (GORZ, 2005, p. 37).

Ao se considerar que o campesinato tem desempenhado um protagonismo histórico na luta de classes, negar o acesso às TIC's significa restringir sua liberdade e também suas possibilidades de, por exemplo, articulação, resistência, cooperação, troca de informações, organização e desenvolvimento econômico, social e cultural. A exclusão digital inibe o intercâmbio de produtos, serviços, experiências e conhecimento, o que afeta negativamente as pessoas ao restringir a liberdade, autonomia, protagonismo e o acesso às oportunidades.

Para Santos (2003, p. 3), "constatando que a Internet é uma infovia de mão dupla dá para inferir que a falta de acesso alija o cidadão dos circuitos econômicos dominantes, e mais: retira-lhe a possibilidade de incluir na rede o padrão cultural da sua realidade local". Isso, consorciado com outras formas utilizadas para imposição de modelos urbanos, tem contribuído sobremaneira na degradação da identidade camponesa, tentando conformar o campesinato à cultura e valores urbanos, bem como às necessidades da exploração

capitalista. A urgência no combate à exclusão digital é considerada por Takahashi (2000) ao asseverar que:

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de “info-excluídos” (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

No entanto, prover o acesso à internet não garante a inclusão digital, ou seja, garantir o acesso deve ser compreendido como uma das condições a serem satisfeitas para que a inclusão de fato aconteça. É necessário também capacitar o campesinato no uso das TIC's para que possa fazer bom uso da internet. Além disso, é necessário garantir-lhe as condições e a autonomia necessária para produzir, acessar e compartilhar conteúdos na rede, além de usufruir da comunicação em alta velocidade e "sem fronteiras" propiciados pela internet, possibilitando contatar e compartilhar experiências com outros camponeses ao redor do mundo.

Nesse campo de forças onde campesinato e capital disputam o domínio sobre os meios e modos de produção, qualquer iniciativa que vise proporcionar liberdade e autonomia ao campesinato encontrará pela frente os obstáculos interpostos pelo capital. Trata-se da expansão da questão agrária em que o capital e o campesinato se enfrentam das mais diversas formas. Inclusive pela invisibilização das propostas, realizações e sucessos, e, como os meios de comunicação social quase sempre estão sob o domínio do capital, a divulgação que é feita insiste naquilo que é depreciativo, incutindo na sociedade a ideia de que o campesinato é contraproducente e que luta por direitos que não são seus.

As TIC's consistem numa oportunidade para que o campesinato possa se articular, organizar, lutar, compartilhar conhecimentos, fortalecer a sua identidade, implementar novas técnicas e tecnologias, melhorar sua produtividade, bem como encontrar formas alternativas para desenvolver-se dentro do sistema capitalista, mas não fazendo parte dele e, contraditoriamente, sendo parte dele. Essas tecnologias têm potencial para auxiliar o campesinato com informações, por exemplo, sobre a previsão do tempo (chuva, frio, seca), os tipos e qualidade do solo, políticas de preços, aquisição, controle e venda de produtos. Apontar as épocas mais propícias para plantio ou colheita, uso e ocupação do solo, distribuição de sementes e fertilizantes conforme o tipo de solo, dentre outras. Torres *et al* (2013) destacam a importância das TIC's no contexto rural ao asseverar:

No espaço rural as tecnologias digitais apoiam o negócio agrícola cujo crescimento econômico vem trazendo para o Brasil resultados expressivos. Desde o rádio até a chegada da Internet passando pelo rádio frequência, telefone, televisão, televisão a cabo, computador, celular, tablet etc. o que se verifica é o aumento da circulação de informações técnicas-especializadas no espaço rural. As atuais TIC passam a ser um elemento importante no cenário agrícola porque podem servir simultaneamente como ferramenta para disseminar informações, conhecimentos e tecnologias e para ampliar a capacidade dos produtores rurais atenderem às necessidades crescentes de produção da sociedade com uma visão voltada para o desenvolvimento sustentável (TORRES *et al*, 2013, p. 1221).

Apesar da importância atribuídas às TIC's, “no campo, no entanto, as condições para a educação do povo e para o desenvolvimento da inteligência tem sido muito desfavoráveis nos últimos séculos. Aí a máquina não encontra por vezes o tipo de mão de obra de que necessita” (KAUTSKY, 1986, p. 43). Promover a real inclusão dessas pessoas no circuito das TIC's requer um conjunto de ações pensadas e articuladas de acordo com a realidade e necessidade do campo, passando pela educação, infraestrutura física e de comunicações, para, enfim, poderem usufruir das potencialidades possibilitadas pelas TIC's.

Segundo Luxemburg (1985), apesar de estar presente no sistema de produção capitalista, mas ao mesmo tempo não fazer parte dele, a fim de resistir, sobreviver e recriar-se enquanto sujeito, o campesinato tem sua própria lógica e desenvolve suas próprias estratégias produtivas. Em um ambiente complexo, globalizado e altamente competitivo, onde um detalhe pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso, o trabalho colaborativo, o compartilhamento de experiências e o acesso ao conhecimento tornam-se elementos de primeira grandeza. É nesse contexto que as TIC's tornam-se uma poderosa aliada do campesinato para promover o constante aprimoramento do jeito camponês de fazer agricultura, como explicita Torres *et al* (2013).

Neste cenário as TIC se constituem em um novo formato de comunicação que tanto amplia a cognição humana quanto contribui para promover a colaboração entre pessoas, a facilitação e a gestão dos fluxos de tarefas além da organização de atividades realizadas em comum. Elas não só oferecem perspectivas para se mudar a paisagem social nas zonas rurais como também possibilitam que os pequenos agricultores, importantes protagonistas deste espaço, aprendam uns com os outros usando estas tecnologias como mediadoras (TORRES *et al*, 2013, p. 1224).

Convivendo historicamente em uma realidade de concentração fundiária, o protagonismo do campesinato brasileiro pode ser observado pela sua presença sempre marcante na luta contra o capital pelo domínio dos meios de produção, em especial pela terra. Para Luxemburg (1985), o protagonismo historicamente desempenhado pelo campesinato se apresenta, dentre outras formas, pelas constantes barreiras interpostas contra o avanço do capital sobre a agricultura. O capitalismo, por ser um sistema altamente

excludente, centrado em relações competitivas e no individualismo, utiliza todo tipo de artimanha para concentrar o poder e manter o controle sobre as pessoas. Uma das formas encontradas pelo capital para manter o controle sobre a produção e disseminação do conhecimento foi a exclusão digital. A exclusão digital impede o acesso aos benefícios proporcionados pelas TIC's e limita a capacidade do campesinato em expandir o seu território imaterial.

A exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema

Para fazer frente à exclusão digital, atender aos anseios da massa de excluídos e em resposta às cobranças da comunidade internacional, algumas políticas públicas tem sido concebidas tanto no âmbito federal quanto estadual. Três dessas políticas foram selecionadas para serem analisadas neste artigo: os programas ACESSA São Paulo (ACESSA SP) e ACESSA Escola, do Governo do Estado de São Paulo, e o Territórios Digitais em Territórios de Cidadania, do Governo Federal.

De acordo com um relatório consolidado datado de dezembro de 2013, o programa ACESSA SP possui 6 (seis) postos do ACESSA SP localizados em PA's na Região do Pontal do Paranapanema: Santo Antonio, em Marabá Paulista; Santa Zélia, em Teodoro Sampaio; Haroldina, em Mirante do Paranapanema; Santa Rosa, em Euclides da Cunha Paulista; e Gleba XV de Novembro, em Rosana. A Gleba XV de Novembro, dada sua extensão territorial, teria sido contemplada com 2 (dois) postos localizados em pontos estratégicos para atendimento da comunidade. Ou seja, dos 114 PA's existentes na Região do Pontal do Paranapanema, apenas 5 PA's (4,4%) seriam atendidos pelo programa ACESSA SP.

Dos 5 PA's que já abrigariam um posto do ACESSA SP apenas o PA Haroldina está contemplado neste artigo, sendo a sua existência e pleno funcionamento confirmados *in loco* durante trabalho de campo. A sala conta com duas monitoras e funciona das 7 às 16 horas, de segunda à sexta-feira. São atendidas por volta de 30 pessoas/dia, em sua maioria jovens, que procuram o posto do ACESSA SP para acessar serviços públicos e privados, realizar cursos à distância, bem como em busca de orientações e serviços por pessoas da comunidade que não tem familiaridade com a informática.

O mesmo relatório apresenta informações sobre 15 (quinze) postos que estariam sendo implementados. Estes novos postos estariam sendo instalados nos seguintes PA's: Malu, em Caiuá; Rancho Grande e Tucano, em Euclides da Cunha Paulista; Arco Íris e Santa Lúcia, em Mirante do Paranapanema; Florestan Fernandes e Rodeio, em Presidente Bernardes; São Paulo, em Presidente Epitácio; Primavera, em Presidente Venceslau; Nova Pontal, em Rosana; Bom Pastor e Guarany, em Sandovalina; Ribeirão Bonito e Padre Josimo (São Pedro da Alcídia), em Teodoro Sampaio; e Santa Rita, em Tupi Paulista. Todos

os PA's contemplados ou a serem contemplados com um posto do Acessa SP são classificados como estaduais, o que confere uma característica excludente ao programa a não incluir os PA's classificados como federais.

Considerando-se a teórica implantação de mais 15 postos, o índice de cobertura do programa Acessa SP subiria para 17,5%, o que ainda é muito pouco. No entanto, dos 15 PA's onde estariam em implantação os novos postos, estão contemplados neste artigo os PA's Malú, Rodeio e São Paulo. Destes, o PA Malu apresenta indícios de que a implantação foi iniciada, mas, ao menos por temporariamente, encontra-se interrompida, todos os outros três não apresentam sinais que indiquem a implantação de um posto do Acessa SP. Uma outra informação importante é que todos esses teóricos postos em implantação não constam mais dos relatórios consolidados de 2014 e 2015.

As informações constantes do site oficial do GESAC (s.a.) indicam a presença de 5 (cinco) Casas Digitais do projeto Territórios Digitais na Região do Pontal do Paranapanema. Estes pontos de presença estariam localizados nos seguintes PA's: Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema; Porto Velho e São Paulo, em Presidente Epitácio; Padre Josimo e Fusquinha, em Teodoro Sampaio. À exceção do PA Porto Velho, classificado como federal, todos os demais PA's contemplados com uma Casa Digital do Projeto Territórios Digitais são classificados como estaduais, contrapondo a característica excludente do programa paulista. Estão contemplados neste artigo os PA's Porto Velho e São Paulo.

Segundo informações constantes de uma placa fixada no local, a Casa Digital do PA Porto Velho foi implantada em junho de 2012 e é resultado de um projeto denominado "Luz para Todos", que envolveu uma parceria entre INCRA, Prefeitura e Câmara Municipal de Presidente Epitácio e a Associação de Moradores do Assentamento Porto Velho. Os equipamentos então existentes possuem placas de patrimônio que indicam como origem a Companhia de Furnas.

Os 10 equipamentos originalmente cedidos para montagem da Casa Digital do PA Porto Velho apresentaram problemas quando da instalação, foram enviados para manutenção e posteriormente retornaram apenas 5. Durante o trabalho de campo foi constatado que apenas 3 computadores estavam em funcionamento, mas a internet estava inoperante há mais de 30 dias. Em um trabalho de campo posterior constatou-se que a internet estava funcionando, mas havia apenas 1 computador em condições de uso. As precárias condições de funcionamento tem levado as pessoas a não mais procurar pelos serviços da Casa Digital.

Estima-se que a idade dos equipamentos seja superior a 10 anos, o que em termos de tecnologia computacional aproxima-os de sucata. O modelo de inclusão digital adotado pelas políticas públicas, baseado em espaços coletivos, a origem e o estado de uso dos

equipamentos existentes no PA Porto Velho remetem ao Mapa da Inclusão Digital elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde Neri (2012) assevera:

Na perspectiva das políticas de redistribuição de equipamentos, os segmentos que possuem computador em seus domicílios constituem potenciais doadores de equipamentos, e os excluídos digitais são potenciais receptores de políticas públicas de inclusão digital e de equipamentos. O lócus de recepção de equipamentos não se dá necessariamente em suas casas, mas em centros comunitários e escolas, o que permite socializar os custos de obsolescência tecnológica dos equipamentos pelo potencial aumento da taxa de utilização dos mesmos (NERI, 2012, p. 45).

A velocidade apresentada pelo desenvolvimento e obsolescência desse tipo de tecnologia cria uma janela de oportunidade para incentivar a doação de equipamentos em bom estado de conservação, dada a queda vertiginosa do valor de mercado para equipamentos usados. No entanto, para casos de doação de equipamentos usados deve-se levar em conta que o ciclo vida útil destes equipamentos em um telecentro será menor, e a propensão a necessidade de intervenções técnicas será maior, o que interfere diretamente na disponibilidade e qualidade dos serviços prestados.

No PA São Paulo foi possível identificar um princípio de instalação da Casa Digital do Projeto Territórios Digitais, com a chegada de mesas, cadeiras, antena e receptor para comunicação via satélite. A antena, o receptor e o cabeamento para uma rede de computadores foram instalados. No entanto, embora já decorridos 2 anos, os computadores, impressora e demais equipamentos necessários ao funcionamento da Casa Digital não chegaram até o PA. É importante salientar que o PA São Paulo constava da lista de postos em implantação do Programa ACESSA SP, o que indica uma sobreposição de iniciativas entre o governo federal e estadual. Entretanto, nenhuma das iniciativas logrou êxito em romper com a exclusão digital sofrida por esta comunidade.

Além dos PA's Porto Velho e São Paulo, a associação que congrega produtores dos PA's Santa Rita III, Santa Angelina e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP, conquistou a instalação de uma Casa Digital pelo projeto Territórios Digitais, o que não consta no site do programa. Diferente do PA São Paulo, chegou todo o mobiliário, máquinas e equipamentos que integram o pacote da Casa Digital. No entanto, embora já decorridos mais de 5 anos, tudo continua com as embalagens originais intactas, ou seja, as caixas nunca foram abertas e, portanto, os equipamentos não foram instalados. Foram 18 meses aguardando a instalação das grades de proteção e aguarda-se há 3 anos pela instalação de um ar condicionado e de um alarme. A instalação elétrica foi realizada em conformidade com as orientações inicialmente recebidas, mas uma vistoria posterior não homologou as instalações baseada em padrão diferente daquele fornecido anteriormente.

Na tentativa de identificar alguma ação bem sucedida do projeto Territórios Digitais, embora não estivesse contemplado no escopo da pesquisa, foram realizados dois trabalhos de campo no Estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente nos PA's Montana e Santa Clara, ambos no município de Bataguassu/MS. Esses dois PA's foram escolhidos pela proximidade geográfica e pelas informações obtidas antecipadamente de que ali haveriam salas digitais.

O trabalho de campo no PA Montana permitiu identificar a existência de duas salas digitais, uma do projeto Ponto de Cultura, funcionando normalmente, e outra do projeto Territórios Digitais, totalmente montada mas fora de operação. O trabalho de campo no PA Santa Clara permitiu identificar a existência de uma sala também do projeto Territórios Digitais, igualmente montada e fora de operação. Os dois trabalhos de campo permitiram constatar que, apesar de estarem em um estágio mais avançado, montadas há um tempo considerável, seguindo a tendência identificada na Região do Pontal do Paranapanema. Ou seja, a exceção da Casa Digital do PA Porto Velho, que foi montada com equipamentos usados, as salas do projeto Territórios Digitais com computadores novos enfrentam o mesmo problema, até chegam a ser montadas, mas não entram em operação.

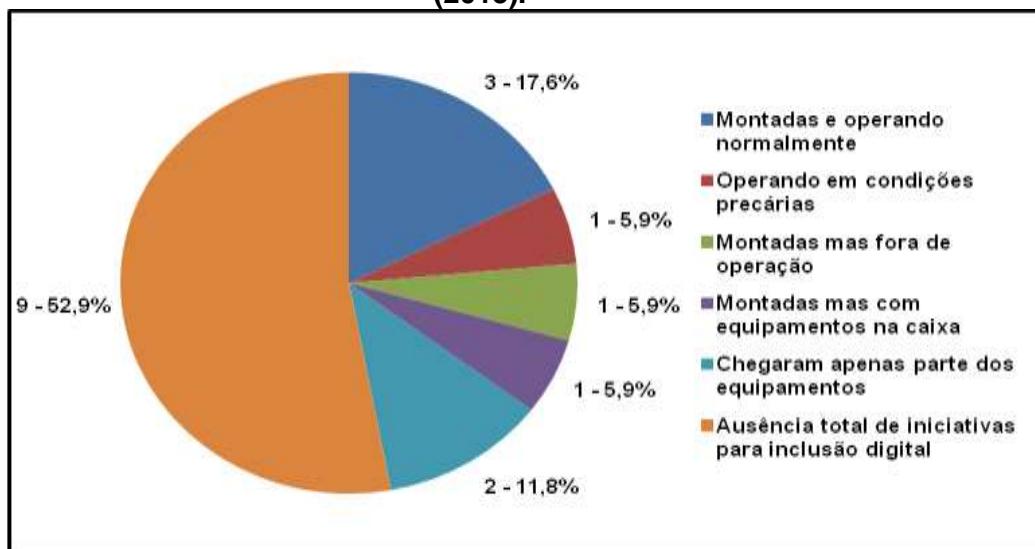
A evidência encontrada em Mazzini (2007) de que haveria uma sala de informática na Agrovila III motivou a realização de um trabalho na E E Projeto Lagoa São Paulo, único local com potencial para abrigar uma sala deste tipo naquela comunidade. Ali foi encontrada uma sala do programa ACESSA Escola, utilizada exclusivamente pela comunidade escolar para fins pedagógicos de ensino, projeto e pesquisa. Uma segunda sala deste programa foi encontrada posteriormente no E E Fazenda São Bento, localizado no PA Haroldina. Essas salas apresentam infraestrutura e equipamentos adequados e, apesar de problemas técnicos, encontram-se em pleno funcionamento.

Na Associação dos Produtores Rurais de Ajicê, distrito do município de Rancharia, existe uma sala de informática destinada ao uso pela comunidade. A instalação desta sala foi possível mediante celebração de uma parceria entre a associação e o Banco do Brasil, ou seja, não é proveniente dos três programas analisados neste artigo. A sala iniciou e formou duas turmas, cada qual 15 a 20 alunos concluintes. No entanto, a sala está encontra-se temporariamente desativada, aguardando um liberação de um novo espaço a ser fornecido pela prefeitura municipal.

Nas comunidades rurais dos PA's Engenho, Lagoinha, Dona Carmem, Água Limpa II e Rodeio, além do Bairro Palmitalzinho, constatou-se a inexistência de iniciativas voltadas à inclusão digital. Embora o PA Rodeio estivesse entre os 15 locais onde estaria em implantação um posto do programa ACESSA SP, essa informação não se confirmou *in loco*. Integrantes da comunidade informaram que, apesar de reiteradas solicitações e promessas neste sentido, nenhuma iniciativa governamental para inclusão digital foi desenvolvida.

O Gráfico 1 apresenta a consolidação dos dados referentes a existência de espaços destinados a inclusão digital nos assentamentos e comunidades pesquisadas na Região do Pontal do Paranapanema. É possível observar a existência de apenas 3 (17,6%) salas de informática que foram montadas e encontram-se operando normalmente nas 16 comunidades pesquisadas. Dessas, 2 estão localizadas no PA Haroldina e 1 na Agrovila III, ou seja, na realidade apenas duas comunidades estão contempladas com ações efetivas. Além disso, 2 são do programa paulista ACESSA Escola e, portanto, encontram-se instaladas em escolas e são para uso restrito da comunidade escolar. Ou seja, de acesso livre a qualquer integrante da comunidade e em boas condições de funcionamento tem-se apenas 1. Mesmo somando-se a esses mais 1 sala funcionando em condições extremamente precárias, a do PA Porto Velho, e a sala desativada na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ajicê, que poderia estar funcionando, ainda é muito pouco. Das comunidades pesquisadas permanecem ainda 12 (75%) sem uma ação efetiva para inclusão digital.

GRÁFICO 1 – Salas de informática nos PA's e comunidades pesquisadas (2015).

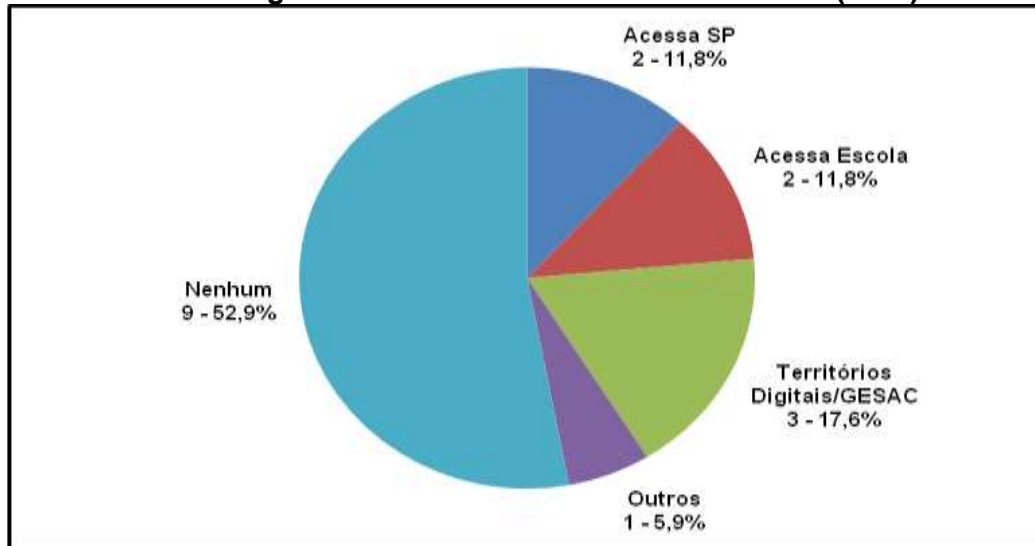


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 apresenta a origem dos espaços de inclusão digital encontrados nas comunidades pesquisadas na Região do Pontal do Paranapanema. Nos espaços considerados na pesquisa existe apenas 2 salas do programa ACESSA SP e 2 do programa ACESSA Escola, ambos do Governo do Estado de São Paulo. No entanto, existe uma sala do programa ACESSA SP que teve sua implantação iniciada mas não concluída. As 3 salas efetivamente implantadas pelo governo paulista, apesar de alguns problemas, funcionam normalmente. No que se refere ao programa federal Territórios Digitais/GESAC, existe 1 sala funcionando em condições extremamente precárias, com equipamentos totalmente

obsoletos, e 2 iniciativas que, apesar de decorrido um lapso temporal significativo, ainda não tiveram sua implementação concluída. Existe também uma iniciativa desenvolvida entre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais local e o Banco do Brasil que funcionou durante um tempo e agora aguarda a transferência para um espaço sob responsabilidade do poder público municipal.

GRÁFICO 2 – Origem das salas de informática existentes (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais

O que une o campesinato, estado, capital, conhecimento, trabalhador e indígena ao território são as relações sociais. Quando abordamos a questão agrária estamos falando de relações sociais e, portanto, de território. No território do campesinato as relações sociais são familiares, associativas ou cooperativas, e as relações de poder encontram-se distribuídas. O fortalecimento e ampliação dessas relações sociais e de poder é fundamental para o desenvolvimento territorial do campesinato.

Segundo Gottmann (2012, p. 523), “[...] seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico”. A materialidade e a imaterialidade são indissociáveis, uma é expressão da outra, bem como são propriedades ou atributos do território. A passagem do material para o imaterial se dá no sujeito, a partir de uma leitura do espaço, sujeito e relação. “O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.” (FERNANDES, 2008, p. 210).

O processo de exclusão digital pelo qual passa o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema impacta negativamente a sua atividade produtiva, pois nega o acesso a

um conjunto de tecnologias com grande potencial contributivo. Além da mecanização e automação, as TIC's podem contribuir com o campesinato através do provimento de informações que lhe permitam otimizar a produção e a gestão da unidade produtiva. Possibilita tomar decisões no que se refere a estabelecer objetivos e ações a serem empreendidas, organizar e aplicar os recursos existentes, além de controlar as ações e os resultados, promovendo os ajustes necessários para que os objetivos sejam alcançados. Com o conhecimento necessário, é possível, por exemplo, controlar o rebanho - nascimento ou aquisição, crias, produtividade, vacinas, enfermidades, etc -, as receitas e despesas, as culturas - data de plantio, custos, adubação, etc.

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que as políticas públicas destinadas a promover a inclusão digital são pensadas sob a forma de espaços coletivos. Santos (2003, p. 3) estabelece que "a opção mais adequada para a inclusão de cidadãos pobres em países periféricos e semiperiféricos é o acesso coletivo às tecnologias da informação e comunicação, por meio de telecentros comunitários [...]". Entretanto, assim como outras políticas concebidas para o campesinato, as iniciativas voltadas à inclusão digital tem seguido a mesma lógica e gerado reclamações como, por exemplo: a interrupção precoce das ações antes da sua conclusão, as faltas de infraestrutura, continuidade e assistência, dentre outras. Dos casos estudados, são exceções a essa regra apenas os espaços existentes na Agrovila III e no PA Haroldina.

As informações apresentadas demonstram que são muito tímidas as iniciativas para inclusão digital do campesinato da Região do Pontal do Paranapanema. Para piorar, das implementações iniciadas, um número ainda mais reduzido de fato são levadas a cabo e as salas entram em operação. Os dados apresentados aqui apontam no sentido de uma preocupação do governo brasileiro em demonstrar à comunidade internacional, ao menos documentalmente, que foram realizados os aportes de investimento necessários para atingir as metas fixadas pela Cúpula do Milênio. O mobiliário, os equipamentos e os insumos necessários estão sendo comprados e ficam por vários anos na caixa, quando são retirados e instalados, se o são, ficam ainda um longo período esperando a finalização das instalações e autorização para funcionar. Isso leva os equipamentos a se tornarem obsoletos, ultrapassados, antes mesmo de serem utilizados.

Diante do exposto, é possível apontar a existência de ações visando promover a inclusão digital do campesinato, poucas é verdade, mas não se pode negar que existem. Mas é possível questionar com facilidade o quão efetivas são essas ações. Além disso, espera-se ter ficado claro e notório que o ritmo de implantação dessas ações é sofrível. São muitas as barreiras a serem superadas pelos telecentros existentes, por aqueles que estão aguardando para entrar em operação e por aqueles que futuramente possam vir a ser instalados.

Dentre essas barreiras podem ser elencadas a falta de planejamento, a precariedade da infraestrutura, a ausência de critérios técnicos claramente definidos, a dificuldade de manter uma tecnologia razoavelmente atualizada, a burocracia, a cultura, o interesse e a política. Apesar de terem sido encontradas apenas quatro salas de informática operando nos locais onde foram realizados os trabalhos de campo, uma na Agrovila III, outra no PA Porto Velho e duas no PA Haroldina, foi possível evidenciar algumas contribuições destas para com as comunidades atendidas. As salas são utilizadas em aulas, pesquisas e trabalhos escolares, realização de cursos a distância, comunicação e entretenimento, além do desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Referências

BATISTA, Emerson de O. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FELÍCIO, Munir J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 214 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **Delimitação conceitual do campesinato**. 2004. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20E1ria/Artigos/Delimita%20E3o%20conceitual%20de%20campesinato%20Bernardo%20Man%20E7ano.do>>. Acesso em: 28 de jun. 2015.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008, p. 173-230.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-215.

FRANCO, Pedro. **Movimientos sociales en lucha contra la exclusión social**. Foro Social Mundial, 2003. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_pedro_franco_esp>. Acesso em 16 de nov. 2014.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia. V. 2, N. 3, p. 523-545. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/download/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 21 de jun. 2015.

- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão agrária**. Tradução: Otto E. W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tradução: Marijane V. Lisboa, Otto E. W. Maas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARQUES, Marta I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Ano 15, Ed. Especial, p. 41-51. Presidente Prudente: FCT/Unesp, Agosto de 2012.
- MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MAZZINI, Eliane de J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 322 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2007.
- MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução: Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.
- TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>>. Acesso em: 02 de mai. 2015.
- TORRES, Tércia Z.; GAROFO, Ana Cristina S.; FUGISAWA, Marcia I.; AMÂNCIO, Cristhiane da G. O. **As tecnologias digitais no fluxo informacional do espaço rural brasileiro**. III Congresso Internacional de Cidades Criativas. Madrid, v. 1, p. 1219-1236, 2013. Disponível em: <<http://www.congreso2013.ciudadescreativas.es/images/atasparte1publicar.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. 2015.
- VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política. 208 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2009.
- WILLEMS, Emilio. Dependência Social, Desigualdade Social, Discriminação Social, Disparidade Social, Distância Social. In: **Dicionário de Sociologia**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1977, p. 96-102.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.